

# O solo e o espaço: enigmas para os economistas\*

Jean-Louis Guigou

## SUMÁRIO

- 1 — Introdução
- 2 — Um primeiro esforço: a integração do solo e do espaço nas teorias pre-existentes
  - 2.1 — Análise neoclássica do solo e do espaço
  - 2.2 — A análise marxista do solo e do espaço
  - 2.3 — Conclusão
- 3 — Uma manifestação rica em ensinamentos: as práticas espaciais
  - 3.1 — As lutas urbanas
  - 3.2 — O conflito entre valor de uso e valor de troca

## 1 — INTRODUÇÃO

Quando se abordam pela primeira vez as questões rurais e os problemas ligados à utilização do espaço, pode-se ter a impressão de que as análises da renda fundiária, da especulação, dos mercados rurais, da concorrência para a ocupação do solo, da localização ótima, das atividades da concorrência interregional etc., podem se fazer exclusivamente em termos econômicos, com a ajuda dos conceitos clássicos de oferta, procura, custo, função de produção, transferências, economias externas, concorrência, etc.

---

\* Transcrito de *Espace Géographique* n.º 1, 1980, 17-28, com autorização de Doin Éditeurs, Paris.

Efetivamente, vende-se e compra-se o solo; existe uma concorrência para a ocupação do solo e a localização é considerada ótima se a utilidade ou o lucro é máximo. Entretanto, os economistas neoclássicos ou marxistas que se dedicaram a estudos aprofundados destas questões admitem geralmente que uma análise puramente econômica traz apenas respostas parciais, que o uso do solo e a estruturação do espaço ainda são enigmáticas.

Os conceitos econômicos, parecendo insuficientes para captar a realidade complexa das relações entre o homem, o solo e o espaço e, as tentativas de apreensão pluridisciplinar destes problemas foram feitas com o auxílio de outras ciências humanas (geografia, psicologia, sociologia, antropologia, psicanálise). Mas o caráter enigmático do solo e do espaço aparece para os economistas ainda mais claramente através da multiplicidade das abordagens que se esforçam por apreender esta realidade complexa que são as relações entre os homens, o solo e o espaço.

Assim, a análise econômica do solo e do espaço tem sido encarada sob muitos ângulos, uma vez que nenhuma abordagem permitiu que somente esta desse conta da totalidade dos fenômenos observados: análise da distribuição dos rendimentos (análise da renda rural); análise do consumo do espaço (ótica *land-use*); análise da produção do espaço (análise neomarxista); análise das representações do espaço (espaço abstrato); análise das práticas espaciais dos indivíduos. A multiplicidade das abordagens é testemunho da dificuldade e também da riqueza do objeto a analisar.

a) A análise em termos de distribuição de rendimentos foi a primeira enfocada. Ao lado do fator de produção *trabalho*, que recebe como rendimento um salário, do fator *capital*, que recebe um lucro, os fisiocratas, em seguida os clássicos (Ricardo e Malthus) e Marx consagraram uma parte importante de suas reflexões ao rendimento da terra, isto é, à renda latifundiária. O destaque vai essencialmente para o papel econômico do solo que, enquanto fator de produção (análise neoclássica) ou enquanto recurso natural ao qual se acham ligados os direitos (análise marxista), autoriza seu proprietário seja a receber uma renda (análise neoclássica), seja a retirar uma parte da mais-valia social (análise marxista). Os autores que deram privilégio a esta abordagem se surpreendem implicitamente com o fato de que a utilização do solo e, conseqüentemente, a estruturação do espaço resultam da busca de uma renda máxima por parte dos latifundiários. A partir destes primeiros trabalhos que nos séculos XVIII e XIX eram limitados ao estudo da renda agrícola, toda uma corrente neoclássica e neomarxista se desenvolveu; esta corrente tentou transpor e, em seguida, adaptar a análise da renda agrícola à análise dos rendimentos que obtém a propriedade do solo em meio urbano, e tentou interpretar dessa maneira os preços do solo urbano, a especulação, a segregação e as transferências que acontecem na produção do quadro constituído <sup>1</sup>.

Os limites desta primeira abordagem — exclusivamente econômica — das relações entre os homens, o solo e o espaço, são ligados ao fato de que o comportamento do latifundiário, que tem um papel essencial,

<sup>1</sup> Neste domínio, é conveniente assinalar o artigo de Allen Scott, que mostra fielmente os trabalhos feitos na França, nestes últimos anos, sobre o assunto: Allen Scott, *Land and Land Rent, An interpretative review of French literature*. Progress in Geography, IX, 1976.

não pode ser reduzido a uma análise econômica. Ao contrário, os latifundiários adotam freqüentemente comportamentos antieconômicos (fenômeno de apego à terra, de retenção). Nessas condições, consideramos apenas as análises marxistas dos problemas agrícolas em termos de relações sociais. Se elas permitiram aprimorar o conhecimento, merecem agora ser ultrapassadas.

b) Enquanto se desenvolviam, no começo do século XIX, as pesquisas sobre a renda agrícola, Von Thünen — que foi um dos primeiros a introduzir o espaço na análise econômica — abordava o estudo da utilização do solo e do consumo do espaço. Esta abordagem, chamada *land-use* pelos anglo-saxões, consiste em analisar, num primeiro tempo, as relações entre a utilização e o preço do solo (Alonso); e também, mais amplamente o consumo do espaço — entendido como uma superfície localizada, em função das formas de urbanização, rendimentos, progresso nos transportes, da concorrência espacial<sup>2</sup>, etc. Os autores que mantêm esta abordagem admitem que a estruturação do espaço resulta da concorrência entre os agentes, ou entre as atividades sócio-econômicas, para a ocupação do solo em função da localização. Esta concorrência se exerce ao mesmo tempo sobre as localizações e as superfícies.

Esta abordagem fica muitas vezes superficial e limitada à influência do solo das atividades e, deve-se convir, a elaboração de previsões de utilização do solo (urbano, rural, etc.), não é de grande utilidade. Em compensação, se aprofundarmos a compreensão que podemos ter do termo de consumo de espaço, desembocamos quer na produção do espaço, quer na freqüentação do espaço pelos usuários (as práticas do espaço).

c) Mais recentemente, os neomarxistas e, sobretudo, Lefebvre, propuseram apreender o espaço através de uma análise do conceito de produção do espaço<sup>3</sup>. Cada modo de produção — e não cada sociedade — produz um espaço que lhe é característico. Esta produção não é neutra, mas reprodutora das relações de produção; a estruturação do espaço perpetuaria as relações sociais de produção.

Parece-nos que esta abordagem aplica abusivamente ao espaço o conceito de produção que, em Marx, tem conteúdo e limites precisos (produção de coisas ou produção de obras). Esta atitude sofre, então, quer de uma demasiado grande extensão do conceito de produção do estrito domínio econômico em direção ao sociológico — haveria então deturpação de conceito — ou, se o conceito fica restrito ao campo do econômico, de um interesse reduzido, porque a produção do espaço não se limita à produção de moradias, estradas e zonas industriais.

d) Outro enfoque consistiu em definir e analisar o espaço por meio de *representações teóricas*, variáveis segundo as disciplinas (representação do espaço econômico, geográfico, arquitetônico, psicológico, etc.). Estas representações do espaço são produto do conhecimento científico e/ou ideológico e constituem espaços abstratos, teóricos ou

<sup>2</sup> As teses seguintes apresentam o conjunto desses trabalhos sobre o assunto: J. L. Guigou, *Théorie économique et transformation de l'espace agricole*, Paris, Gauthier-Villars, 1972, 2 vol. — J. M. Huriot, *La formation de paysage économique*. Paris, Sirey, 1977, Coll. IME n.º 15.

<sup>3</sup> Sobre essa abordagem, é possível restringir, sem risco de erro, a bibliografia à obra de H. Lefebvre (*La production de l'espace*, Paris, Anthropos, 1974) e à importante produção científica que constitui a ATP-CNRS dirigida por Pierre Dockès (*Production d'espace et formes d'urbanisation, Approche théorique*, juillet, 1977).

espaços de referência. Um debate sobre os espaços nas ciências humanas<sup>4</sup> e, mais recentemente, um projeto de pesquisa de Perrin<sup>5</sup> evidenciam que os economistas, os geógrafos, psicólogos, sociólogos, etc. “que trabalham sobre a mesma realidade e segundo um mesmo objetivo têm representações dos fenômenos do espaço que não estão de acordo”. É evidente que, por necessidade, a estrutura teórica do espaço varia segundo os diferentes instrumentos de cada disciplina. No único domínio do econômico, as modalidades destas representações podem variar de um autor a outro. No entanto, duas análises nos pareciam particularmente ricas: a análise formal que propõe Ponsard, sobre o qual tornaremos a fazer referências, e a análise ecossistemática que acaba de apresentar Perrin<sup>6</sup>. O problema maior que reduz o alcance desta abordagem — pelas representações teóricas do espaço — reside no fato de que se trata mais de um discurso sobre o espaço, do que de uma pesquisa sobre o conhecimento do espaço.

e) A última abordagem, que é a mais recente, tem como eixo as *práticas espaciais* dos indivíduos. A análise não se apresenta mais em termos de oferta (ótica clássica) ou de produção (ótica neomarxista) mas em termos de procura (ótica neoclássica) e mais geralmente de práticas (ótica mais radical). Com efeito, pareceu a alguns pesquisadores (notadamente a equipe da Missão da Pesquisa Urbana) que o estudo dos processos pelos quais os indivíduos se instalam, se apropriam do solo, freqüentam o espaço, se deslocam para cumprir suas funções sócio-econômicas quotidianas, lutam para preservar seu meio-ambiente... revelava ao mesmo tempo o papel que representam os elementos que compõem o espaço e os *comportamentos*, as *necessidades*, os *desejos*, os *valores* que lhes atribuem os indivíduos. A análise dessas práticas em matéria de instalações, de deslocamentos quotidianos, de convivência com equipamentos coletivos, etc. visa reduzir a dicotomia entre o objeto (o solo, a rua, o quarteirão, os equipamentos) e o sujeito (o indivíduo) para perceber aí as interdependências e as ações recíprocas. As causas das limitações desta abordagem devem-se ao fato de que, segundo os métodos de investigação, é difícil dissociar as práticas espaciais forçadas (usuários passivos de uma estrutura) das práticas mais livres. Por outro lado, a referência às noções de *necessidades*, *desejo*, *valores* implica uma aproximação pluridisciplinar que é difícil de empregar.

A despeito dos progressos que estas diversas aproximações autorizaram para apreender melhor as relações entre os homens, o solo e o espaço, ficamos convencidos de que as *zonas de sombra* subsistem. A tese que nós defendemos e que justifica nosso plano de estudo pode ser formulada como se segue.

No domínio econômico, um primeiro esforço consistiu em integrar o solo e o espaço nas teorias neoclássicas e marxistas já existentes. A partir daí, os conceitos relativos ao solo e ao espaço foram adaptados às

<sup>4</sup> *L'espace dans les Sciences Humaines*. Conferência do Institut de l'Environnement, Paris, 1974.

<sup>5</sup> J. C. Perrin, *Projet d'étude ATP Internationale de CNRS, que fará o balanço dessa questão em 1979/80*. Cf. A. Roland, *La représentation de l'environnement urbain, l'organisation de la représentation et la formation des schémas spatiaux*. Centre d'économie régionale, Aix-en-Provence, 1979.

<sup>6</sup> J. C. Perrin, *L'analyse économique spatialisée: une nouvelle approche*. Cahiers d'économie politique n.º 1 et 3, Aix-en-Provence, juin, 1976.

teorias, e não o inverso. A integração do solo e do espaço nas teorias econômicas nos parece como a racionalização de um enigma (§ 1).

Mas, quando as teorias econômicas têm dificuldade em integrar o solo e o espaço, certas práticas espaciais nos parecem ricas de ensinamentos. A realidade que se esconde por trás já foi recuperada e interpretada sob diversos nomes: lutas urbanas, crise do urbanismo, sentimento de dependência em relação a um espaço, apego à terra, preservação do meio-ambiente, regionalismo, etc. A análise crítica de algumas dessas interpretações (§ 2), permitirá que nosso ponto de vista se precise: o espaço e o solo não são neutros, constantemente remodelados ou concedidos segundo o jogo das forças econômicas (ótica neoclássica) ou simples reflexos das relações sociais que eles reproduzem (ótica neomarxista).

As relações entre os homens, o solo e o espaço são muito mais complexas e originais e somente as análises sócio-antropológicas podem deixar entrever o que os economistas ... e os geógrafos ... tentam interpretar imperfeitamente.

## **2 — UM PRIMEIRO ESFORÇO: A INTEGRAÇÃO DO SOLO E DO ESPAÇO NAS TEORIAS PREEXISTENTES**

Quando se tratar da definição e do conteúdo econômico dos conceitos de solo e do espaço, as teorias econômicas neoclássica e marxista propõem duas abordagens diferentes, porém complementares: de uma parte (referindo-se ao espaço), uma em termos de representação (neoclássica) e a outra em termos de produção (marxista); de outra parte (referindo-se ao solo), uma em termos de alocação microeconômica (análise neoclássica) e a outra em termos de distribuição macroeconômica (análise marxista).

Por meio de alguns exemplos, torna-se fácil mostrar, no entanto, que nessas duas teorias — neoclássica e marxista — o solo e o espaço constituem os conceitos segundos (derivados) ou conceitos tela (reflexos). A vontade de integração destes conceitos nas teorias já estruturadas e o recurso à analogia relevam sobre a pesquisa de um conhecimento concreto das relações entre os homens, o solo e o espaço.

### **2.1 — Análise neoclássica do solo e do espaço**

Neste quadro de análise teórica, as obras de Walras, Alonso, Isard e Ponsard parecem primordiais. Mas longe de nós a vontade de sermos exaustivos. Queremos somente mostrar alguns exemplos que, à parte Ponsard, que adotou um caminho original de pura formalização, todos os autores neoclássicos assimilam o solo a um bem econômico qualquer e reduzem o espaço a um custo de transporte. Nestas condições, e apesar do auxílio que podem fornecer os progressos da formalização devidos a Ponsard, os conceitos de solo e de espaço empobrecem consideravelmente e sua integração na teoria neoclássica leva a incoerências, ou seja, à transformação da própria teoria.

Consideremos por exemplo a contribuição de Walras que, em 1880, apresenta um modelo de equilíbrio em dois setores: o setor agrícola, onde se negocia o solo, e o resto da economia, constituída pelo conjunto

dos outros bens. Walras assimila o solo a um bem homogêneo, perfeitamente divisível, não localizado (não se trata de distância e de posição). Este bem-solo é somente não reproduzível. Nesse caso de mais-valia perpétua da renda, com uma taxa de mais-valia do solo superior à rentabilidade dos capitais móveis, o preço do bem-solo deveria tender para o infinito. Então, para não chegar a essas deturpações maciças da economia em relação ao setor agrícola e para assegurar a perenidade do sistema liberal, Walras é levado a sugerir o resgate de todas as terras pelo Estado.

Mesmo considerando o solo como um bem econômico homogêneo, divisível, etc., apenas com a particularidade de não ser reproduzível, é evidente que o resultado será o aparecimento dos desvios da economia prejudiciais ao equilíbrio. A teoria neoclássica do equilíbrio não pode admitir tal desfiguração; conseqüentemente é necessário excluir o solo (que definitivamente não é um bem como os outros) da permuta econômica. A demonstração de Walras é, neste aspecto, muito esclarecedora.

W. Alonso se interessa mais particularmente pelos problemas de localização individual e de consumo de espaço em relação à renda agrícola. Para definir o solo e explicar a sua distribuição e o seu preço, o autor se refere às categorias já existentes na teoria neoclássica. Ele fala de oferta e de procura de solo, de mercado agrícola, de preço do solo, de fator de produção, de bem homogêneo, divisível, contínuo, de produtividade, de utilidade marginal, etc. Aplica então os instrumentos de análise econômica *metaforicamente*. O discurso não pode — reflexão feita — senão ser suspeito, porque o autor não se interrogou jamais sobre o alcance das analogias utilizadas. Assim, por exemplo, o solo se vende e se compra aparentemente: na verdade, são os *direitos* ligados ao solo os objetos da transação. O solo e os direitos que lhes são ligados não constituem, seja como for, uma mercadoria como as outras, porque eles não são móveis, não reproduzíveis, não divisíveis a não ser que mudem de natureza. O solo não pode ser, então, digno do mesmo tratamento teórico que as mercadorias.

Por outro lado, a investigação de Alonso consiste em espacializar um comportamento teórico julgado racional (maximização seja lucro, seja da utilidade ou da renda). Quer dizer que, dentro deste quadro de análise, o espaço é apenas uma variável suplementar — em termos de superfície análoga a um bem e em termos de distância redutível a um custo de transporte. A analogia com os conceitos econômicos é total, pois a superfície enquanto bem, e a distância, enquanto custo, são substituíveis por qualquer bem e por qualquer custo. Levando-se em conta o comportamento teórico, trata-se de construir o modelo espacial que lhe corresponde. Assim, o solo e o espaço constituem os *conceitos auxiliares* em relação aos conceitos de base que são o valor de uso, os bens, os fatores de produção, o lucro, os rendimentos, a maximização das posições individuais sob constringências, etc. Estes esforços de integração do solo e do espaço na análise neoclássica, que não puderam ser levados a bom termo senão por um empobrecimento dos conceitos, fazem surgir, além disso, incoerências formais. Assim, não é possível encontrar simultaneamente a localização ótima de três agentes (um produtor, uma família, um agricultor) em que cada um quer maximizar uma função — o lucro, a utilidade, a renda — não comparáveis aos outros. Além do mais, a localização ótima de cada um é obtida levantando-se a hipótese de que os outros estão no centro do espaço (ponto

de origem do espaço a que nos tornaremos a referir) o que, mediante permutações sucessivas, só pode resultar incoerente. Enfim, se apesar destes vícios formais, a localização ótima de cada um deles estivesse definida, seria impossível determinar simultaneamente a localização e a superfície ocupada.

Tomemos outro exemplo simplificando-o ao máximo, com o intuito de ilustrar as transformações que sofre a teoria neoclássica a partir do momento em que se introduz nela o espaço sob forma de variável: a distância a percorrer. Este exemplo é muito conhecido daqueles que se inclinaram para os modelos de equilíbrio geral espacializado: Isard, Von Boventer, Kuhn e Kuenne, Debreu. Desde que se introduz o espaço sob a única forma de custo de transporte, a concorrência pura e perfeita que deveria levar ao equilíbrio pode ficar pura (atomicidade), mas em caso algum pode ser perfeita (ausência de fluidez). Então, em teoria, o equilíbrio geral não pode ser atingido, porque a introdução do espaço modificou a forma da concorrência, que se torna pura porém imperfeita.

A contribuição de Ponsard<sup>7</sup> à economia espacial neoclássica ocupa lugar à parte. O autor se interessa essencialmente pela renovação da representação formal do espaço econômico mantendo a integridade da teoria neoclássica. Ele procura, desse modo, melhorar cada vez mais o tratamento do espaço na teoria neoclássica sem nunca ter a pretensão de apresentar uma teoria geral do espaço que não fosse integrada à teoria econômica. A idéia fundamental de Ponsard é que o espaço econômico é análogo, e portanto redutível a um espaço matemático. Esta tese se fundamenta muito esquematicamente sobre o seguinte raciocínio: o espaço econômico se define como uma estrutura, quer dizer, como um conjunto de bens e serviços localizados pelos quais é possível estabelecer uma lei de dependência e uma lei de composição. Por exemplo, o espaço econômico de um produtor é constituído por um conjunto de lugares onde se encontram, sejam mercados de abastecimento, sejam mercados de escoamento aos quais a empresa está relacionada (função de dependência) e pelos quais as posições relativas entre pontos, principalmente as distâncias, são conhecidas (lei de composição). Então, como o espaço econômico é assimilável a uma estrutura espacializada, para analisar essa estrutura basta encontrar, por analogia, a estrutura formal correspondente. Esta estrutura formal não é senão um espaço matemático em que as leis de composição estão o mais próximo possível das leis que devem, teoricamente, estruturar o espaço econômico. O espaço matemático mais próximo de um espaço econômico constitui um espaço de referência ou um espaço de representação. Por exemplo, se nos confrontamos com um problema de minimização de custos de transporte a grandes distâncias (USA, URSS) ou em linha reta (trajeto aéreo, rodovia), o espaço econômico será análogo a um espaço euclidiano; tratando-se de um problema de distribuição de fluxo em toda uma rede, o espaço econômico será análogo a um *grafo*. Segundo os casos, os espaços topológicos, os subconjuntos vagos, poderão ser retidos.

Esta maneira — que consiste em pesquisar o espaço matemático que se identificará melhor com um espaço econômico — é muito rica mas oferece, de certo ponto de vista, perspectivas limitadas de pesquisa. Efetivamente, ela nos parece ser extraordinariamente estimulante, por-

<sup>7</sup> O pensamento de C. Ponsard marcou toda uma escola de economistas que publicam suas obras na coleção do IME (Institut de Mathématique Économique, Université de Dijon).

que o pesquisador trabalha exatamente como um artista tal como o concebe Paul Klee: “o artista não mostra um espaço, ele o cria . . .”, ou então “a arte não reproduz o visível, ela torna visível”. Neste aspecto, Ponsard, como um artista, cria os espaços formais que são os mais próximos de certos espaços econômicos. Esta aproximação formal deu muito bons resultados para a resolução de um certo número de problemas técnicos importantes (minimização de custo de transporte, implantação de uma rede de distribuição, etc). Ela é, neste aspecto, muito útil dentro do cálculo econômico, porque é possível adaptar para a resolução dos problemas espaciais todos os algoritmos associados a certas estruturas formais (caminho crítico, saturação de uma rede, etc.).

Entretanto, esta iniciativa, utilizada sozinha, comporta limites: o aperfeiçoamento dos instrumentos de análise ou as representações abstratas (iniciativa de Ponsard) deveriam acompanhar o aperfeiçoamento dos conceitos, ou seja, o aprofundamento dos conhecimentos relativos aos objetos a analisar. Ora, Ponsard, como aliás a maioria dos especialistas neoclássicos, não trabalha, por assim dizer, sobre o espaço nem sobre os agentes no espaço, mas procura introduzir sob forma de variáveis, na teoria do comportamento econômico dos indivíduos, certos componentes do espaço, principalmente a distância, a contigüidade, a superfície, as fronteiras, etc. Assim, o espaço se acha representado por certo número de variáveis, tendo a distância um papel predominante entre eles; os agentes individuais são levados a ter um comportamento racional de maximização.

Esta adequação entre o espacial e o econômico, ou a integração do espacial na teoria econômica preexistente, geralmente impõe uma formalização complexa fundada sobre os conceitos de espaço extraordinariamente empobrecidos (no melhor dos casos, um conjunto de pontos heterogêneos e localizados diferentemente) e os comportamentos econômicos simplificados. Ao contrário, as pesquisas relativas ao comportamento espacial dos consumidores não foram jamais concluídas. Isto não é um acaso. Efetivamente, no caso da localização ótima do produtor, o lucro — ou uma função derivada — constitui a função a otimizar. Ora, o lucro é uma noção perfeitamente bem definida e mensurável e, para apreendê-lo no espaço, basta deduzir os custos de transporte. No caso do consumidor, a utilidade — ou uma função derivada — constitui a função a otimizar. Ora, o valor de uso quase não pode ser definido no espaço senão de modo subjetivo. É, aqui, aliás, que a economia espacial neoclássica — como aliás, veremos mais longe, a teoria marxista — mostra seu limite principal: *não há, ou talvez não se conheça ainda no espaço “lei do valor” que dê conta das relações entre os homens, o solo e o espaço* e constitua assim um conjunto de regras a partir das quais seja possível regular os empregos do solo e a estruturação do espaço.

Se a problemática da economia — sobretudo em sua interpretação neoclássica — se reduz àquela da alocação ótima dos bens e dos fatores raros, as soluções teóricas para a alocação intertemporal são conhecidas. Mas nenhuma solução aparece para regular as alocações no espaço. É assim que, entre os diversos ramos, existe uma lei do valor que regula as distribuições: é a produtividade e a utilidade marginal para os neoclássicos, a igualização da taxa de lucro médio para os marxistas. Há tempos existe uma lei do valor que é a preferida para o presente (Bohn Bawerk-Keynes: a estrutura diacrônica é uma estru-



tura de ordem com uma origem, a atualização permitindo regularizar as alocações de capitais no tempo).

Ao contrário, no espaço não existe lei do valor que limitaria a chegada maciça de capitais e trabalhadores a um lugar. Parece que não há auto-regulação econômica do domínio espacial. É certo que depois de Weber, Isard, Hoover, foram introduzidas as noções de economias e deseconomias de aglomeração que se transformam em economias e deseconomias externas (ótica neoclássica) ou sobrelucros de localização (ótica neomarxista). Na realidade, estes conceitos mal definidos escondem nossa ignorância no domínio da auto-regulação espacial. Durante muito tempo, os economistas achavam que a preferência pela proximidade podia constituir a lei do valor no espaço, análogo à preferência pelo presente no tempo. Para bem especificar a analogia, esta teoria foi denominada teoria do desconto espacial. Ela tem certamente um sentido para os usuários na vida quotidiana (deslocamento para o trabalho, o consumo, a moradia, os lazeres, etc.), mas há pouco interesse pelas empresas, para quem o custo do transporte não é mais um fator decisivo de instalação.

Daqui em diante, convém perguntar como se acham estruturadas e reguladas as localizações e os fluxos no espaço. Pelo preço do solo, pelas economias e deseconomias externas, os sobrelucros de localização, a concorrência espacial as ajudas e intervenções do Estado? Ninguém sabe. Aparentemente, a estrutura espacial sincrônica não é uma estrutura de ordem; não há origem, ponto zero, no espaço<sup>8</sup>.

## 2.2 — A análise marxista do solo e do espaço

Na análise marxista, as questões agrícolas e espaciais — que não são fundamentais — são consideradas como a expressão das contradições do sistema capitalista. Estas contradições se manifestam através do pagamento da renda ao proprietário agrícola e através da produção do espaço que engendra desequilíbrios centro-periferia, tanto em meio urbano (segregação) quanto em âmbito nacional (disparidades regionais) e internacional (divisão internacional do trabalho).

Consideremos primeiramente as premissas dos problemas agrícolas na análise do capital, a definição do solo e da renda, depois o fato de que o solo manifesta-se como um conceito auxiliar<sup>9</sup> ligado a uma contradição interna ao capital, em seguida as críticas que esta análise suscita e, enfim, as superações e progressos que daí se possam esperar.

O solo se define como um recurso natural; não é um produto. Não pode, pois, ter valor nem preço de produção. Se, apesar de tudo, o solo tem um preço de troca, é porque permite a seu proprietário ter um rendimento — a renda — retirada da mais-valia social. O preço do solo se obtém pela capitalização da renda. Então, a renda, que explica

---

<sup>8</sup> Este ponto permanece discutível. Efetivamente, cada sociedade produz sua centralidade religiosa, administrativa, política, familiar e a teoria espacial da centralidade tornaria a propor uma estrutura de ordem espacial.

<sup>9</sup> É freqüente observar que Marx tinha formado o projeto de uma dialética com três termos: capital, terra, trabalho, muito mais rica do que a oposição binária capital-trabalho. Por que Marx abandonou finalmente este projeto? Teria sido, no início, excessivamente influenciado por Ricardo? Ou então teria renunciado diante da dificuldade de criar conceitos operacionais de solo, renda, preços fundiários, etc.?

o preço e dá ao solo o seu valor, não é senão uma parte da mais-valia social que os proprietários podem confiscar aos capitalistas fundiários, que, por sua vez, a tiraram aos operários.

Sobre essas bases, é fácil mostrar que o solo e a renda são conceitos auxiliares no sistema capitalista de produção. Sejam dois modos de produção muito contrastados: um modo de produção pré-capitalista e um modo de produção capitalista caracterizado pela dissociação dos produtores e dos meios de produção. No primeiro, a apropriação da mais-valia se efetua pela renda que retém o proprietário agrícola-explorador, enquanto, no segundo, o modo fundamental de apropriação da mais-valia se faz através do lucro. Conseqüentemente, Massah<sup>10</sup> tem razão ao constatar que, numa certa medida e a este nível fundamental, o espaço (entendam o solo) é secundário na sociedade capitalista. A questão agrária se reduz, então, para os marxistas, a uma contradição no seio do capital, mais exatamente, a um antagonismo de classes entre a burguesia agrícola e a burguesia mercantil. Assim, para garantir uma taxa de lucro elevada a reduzir o custo de reprodução da força de trabalho, a burguesia industrial deseja moradias e preços alimentares baixos. Nisto ela se opõe à burguesia agrícola que procura fazer crescer a renda agrícola. Este antagonismo interno na burguesia não é essencial em relação às lutas de classes (proletariado/burguesia).

As críticas dirigidas à teoria da renda agrícola de Marx são de três ordens. Primeiramente, existiriam contradições teóricas na construção de Marx. Sobre esse ponto, Regnault<sup>11</sup> mostra que a análise das rendas diferenciais em Marx é mais ricardiana que marxista: o montante das rendas diferenciais é estimado a partir do preço de produção do produtor marginal, o que está em contradição com a teoria do valor-trabalho, fundada sobre o trabalho médio. Podemos acrescentar a isto uma contradição no enunciado da renda absoluta. Com efeito, Marx procura mostrar que mesmo a exploração do pior terreno traz a seu proprietário uma renda absoluta; se não fosse esse o caso, ele não daria o seu terreno ao rendeiro. Ora, a condição de existência dessa renda absoluta deve-se ao fato de que, no setor agrícola, a composição orgânica do capital é fraca, e que então, o valor dos produtos agrícolas é superior ao preço de produção. Mas “se esta hipótese não é realizada, a forma da renda correspondente desaparece também”. Esta concepção da renda absoluta seria dificilmente conciliável com a industrialização da agricultura. Com esta, a composição orgânica do capital aumenta e a renda absoluta desaparece, o que deveria levar os proprietários agrícolas a não mais alugar em sua terra. “A renda absoluta é um fantasma sem consistência” (Regnault); é necessário, pois, encontrar uma outra explicação para a renda e Marx<sup>11</sup> inventa o preço e a renda de monopólio.

Além do mais, os limites espaciais surgem na construção teórico-marxista. Efetivamente, para que a renda apareça segundo a teoria marxista é necessário que, num determinado lugar, se encontrem reunidos um proprietário rural, um capitalista e assalariados. Em todos os lugares em que, localmente, estes três agentes estão reunidos — como é o caso das regiões onde se desenvolve a agricultura industrial, nas cidades submetidas à construção industrial de imóveis —, as contradi-

<sup>10</sup> Massah — *O espaço nas ciências humanas* — Colloque de l'Institut de l'environnement, Paris, 1974.

<sup>11</sup> Regnault, H. — *La contradiction foncière*. Paris-Dauphine, thèse, 1975.

ções surgem, a renda como função da mais-valia aparece e finalmente se estabelece um preço para os terrenos. Mas onde estes três agentes não estão reunidos não há necessariamente exploração (zonas de agricultura camponesa, reurbanização). Assim, acabamos de ver que, na teoria marxista, o preço do solo não pode ser explicado a não ser em função da renda e da exploração capitalista. Ora, é evidente que o capital, enquanto relação social, não cobre todo o espaço. Ele deixa muitas lacunas em cujo interior os preços são inexplicáveis pela teoria marxista.

Enfim, observemos que onde trabalha o capital, este é confrontado com formas de propriedade rural que constituem enigmas para ele<sup>12</sup>. Estas formas de propriedade rural (propriedade camponesa, do artesão ou do pequeno comerciante, dos residentes) são, na teoria marxista, estranhas à análise do capital.

Evidentemente, os conceitos econômicos marxistas não podem dar conta dessas situações. Estas três críticas que formulamos em relação à teoria marxista da renda agrícola — aparecimento de contradições internas à teoria, limites espaciais de seu campo de interpretação, formas enigmáticas da propriedade rural — nos reconfortam na idéia de que Marx *economista* falhou na elaboração dos conceitos relativos ao campo. Será preciso admitir, por isso que Marx, teórico da luta de classes, observou o essencial da explicação dos problemas agrícolas, como o fez Regnault? Acreditamos que aí esteja uma interpretação, não uma explicação.

Os autores neomarxistas contemporâneos (Topalov, Lipietz) reconsideram o problema da renda no interior da produção do quadro construído (espaço urbano) e, para se desembaraçarem do economicismo de Marx, baseiam sua análise nas relações sociais. A renda, anual na produção agrícola, torna-se um tributo agrícola urbano, pago de uma só vez ao proprietário no momento da construção. Este tributo agrícola é a fração do sobrelucro de que, por várias razões, o proprietário está habilitado a se apropriar (Lipietz). Ele é tomado, digamos assim, *à la tête du cliente*, ou seja, segundo os usos potenciais que a divisão técnica e social do espaço autoriza. Enquanto os neoclássicos concluem que o preço do solo criava certas formas de utilização, na análise neomarxista aparece uma relação inversa: é a utilização do espaço, determinado pela divisão econômica e social, que induz o preço do solo. Certos bairros seriam mais caros que outros, não por serem mais próximos do centro, ou pela organização, etc. mas porque as classes altas — que detêm os meios financeiros — são suscetíveis de ali morar. Como se pode constatar, esta observação leva a uma mudança de análise, mas não à renovação da explicação: não se procura mais explicar os preços agrícolas, mas a utilização do solo.

Em suma, a renda e o tributo agrícolas, quer dizer, o que caracteriza o solo do ponto de vista econômico, não encontram explicação a não ser numa teoria preexistente, e da produção capitalista, da divisão técnica e social do espaço e dos conflitos de classes. O solo é adaptado, integrado a uma teoria preexistente que acentua as contradições entre os grupos sociais, que determinam a questão agrária. Ora, por um lado vimos que esta integração do solo na teoria econômica marxista é difícil e que ela se faz em contradição com certos conceitos fundamentais, principalmente o valor-trabalho. Por outro lado, se não

<sup>12</sup> Topalov, Ch. — *Capital et propriété foncière*, p. 226.

se pode estudar a atribuição do solo sem referências às civilizações, aos grupos sociais e aos indivíduos, é necessário ainda que a análise não se limite às únicas classes sociais homogêneas em nome de seu papel na produção.

No que concerne à análise do espaço no quadro do pensamento marxista, o essencial é constituído pelas contribuições de Lefebvre e Castells. A pesquisa original desses autores consiste em situá-la não ao nível do espaço enquanto bem econômico, mas no nível da produção de espaço associada ao modo de produção dominante: o espaço é um produto social. Lefebvre<sup>13</sup> observa que sempre as sociedades produziram seu espaço; mas, hoje em dia, “as forças produtivas não levam somente à produção das coisas, mas ao que essas coisas contêm, a saber, o espaço”. De outro modo, o capital que se limitava antes à produção de mercadorias móveis, acaba de investir na produção do quadro estabelecido. É assim que a produção de moradias, de uma cidade nova, de um aeroporto, ou de um complexo siderúrgico (Dunkerque, Fos) podem ser analisados como produtos do sistema capitalista. A análise de Lefebvre permite delimitar o que são as implicações espaciais do modo de produção capitalista, a divisão técnica e social do espaço, mas não exatamente a produção do espaço, que não poderia restringir-se à articulação do capitalismo ao espaço.

Dentre os produtores de espaço, será necessário acreditar que só há o econômico, os empresários produtores de moradias e o Estado produtor de equipamentos coletivos? No espaço nacional, no país, no espaço urbano, não haveria senão moradias, equipamentos coletivos e usuários passivos? Nós não podemos admiti-lo. Há no espaço social habitantes que agem, para os quais existe um sentimento de ligação, tradições, uma cultura, que animem a vida das ruas, dos bairros, dos mercados. Assim, a vida cotidiana e social dos habitantes e sua articulação com o espaço não pode ser negada, mesmo que essas categorias fora do trabalho sejam ameaçadas pela economia que invade todas as práticas.

Estes limites de integração do espaço na teoria econômica marxista — seja porque ela é econômica, seja porque ela é marxista — são sublinhadas pelo próprio Lefebvre<sup>14</sup>: “cada modo de produção teve sua produção de um espaço característico, mas as características do espaço não se ligam às características gerais do modo de produção; o simbolismo não se define, por exemplo, em Roma ou em Atenas, somente através da escravidão. Há outros elementos e a redução do esteticismo, do capital e do mental ao econômico seria um erro desastroso que um certo número de marxistas continua cometendo”. Com o mesmo intuito, José Henrard<sup>15</sup> apresentando uma análise crítica das obras que veremos a seguir, sublinha “o caráter indigente do pensamento marxista ao analisar outras realidades diferentes do capitalismo”.

### 2.3 — Conclusão

Chegamos assim à conclusão de que a teoria econômica neoclássica e a teoria sócio-econômica neomarxista esclarecem bastante bem os aspectos econômicos dos problemas espaciais e agrícolas, mas à custa

<sup>13</sup> Lefebvre, H. — *Le temps des méprises*. Paris, Stock, 1975.

<sup>14</sup> Lefebvre, H. — *Introduction à l'espace urbain*. Metropolis, decembre, 1976.

<sup>15</sup> Henrard, José — *Critique de l'économie urbaine* (en collaboration avec. Ph. Aydalot et E. Decoster). Paris, Cahiers TEM, n.º 11, 1976.

de um empobrecimento dos conceitos (o que é normal), à custa de numerosas contradições internas, de ambigüidades, recorrendo constantemente à analogia com outros conceitos econômicos (bens, custos de transporte), fazendo desvios de conceitos (a produção) e utilizando metáforas (o mercado agrícola, o consumo do espaço), aceitando fazer com que os conceitos, fora do campo de análise (a propriedade agrícola) desempenhem papel essencial.

Nossa perspectiva teórica não consiste em tentar integrar de modo indireto ou qualquer outro, o solo e o espaço nas teorias econômicas preexistentes, mas, através das pesquisas específicas e empíricas sobre as relações entre os homens, o solo e o espaço, tentar precisar qual(ais) lei(s) do valor (lei econômica, lei social, desejo) carecteriza(m) a propriedade do solo em relação a certas práticas do espaço. Sob este aspecto, nossa problemática não consiste mais em tentar compreender como o econômico estrutura o espaço e determina a propriedade do solo mas, antes, como os indivíduos reagem a essa estrutura pelo econômico (valor econômico) e são determinados pela lei ou pelo desejo.

Procurar saber como o solo, o espaço *funcionam* no espírito das pessoas; interrogar-se para saber como o “*espaço as faz funcionar*”: isto permite questionar novamente a realidade e enriquecer, acreditamos, a problemática das relações entre o homem, o solo e o espaço.

### 3 — UMA MANIFESTAÇÃO RICA EM ENSINAMENTOS: AS PRÁTICAS ESPACIAIS

Pensamos que uma das vias para melhorar o conhecimento das relações entre o homem, o solo e o espaço está em estudar as práticas sociais relativas ao solo e ao espaço. Esta abordagem já foi tentada, mas as interpretações que lhe foram dadas nos parecem ideológicas e portanto pouco satisfatórias. É por isso que nos parece que ao formularmos críticas às mais fecundas abordagens teóricas, que não tratam senão das práticas do espaço, delimitaremos com mais precisão nosso objeto de análise e sua problemática.

As teorias do que se convencionou chamar *as lutas urbanas*, a ligação dos camponeses com a terra, o sentimento de propriedade para com uma *terra*, o regionalismo, a luta pelo meio-ambiente e o aparecimento, nas cidades americanas, de *nichos ecológicos*, tentam explicar, parece, a mesma realidade. Qual explicação e qual realidade? A das práticas espaciais dos habitantes para preservar seu meio-ambiente, que seriam associar à crise de urbanização e de organização do território, a vontade dos moradores de controlar seu espaço social contra a marca do *econômico* e do *Estado*. Essas lutas tomariam formas diversas: comitês de locatários, associações de bairros, resistência à expulsão, lutas pelos transportes ou equipamentos coletivos, etc. Poder-se-ia associar a esses movimentos outros tão diversificados quanto os primeiros quanto à ecologia, a poluição, a qualidade da vida, a descentralização, o regionalismo e os objetivos locais.

Os sociólogos marxistas que mais estudaram esses assuntos consideram que todas as manifestações têm caráter comum: são as lutas sociais fora dos locais de trabalho. Conseqüentemente, sua análise se limita muitas vezes à única questão de saber que relações existem entre estas lutas fora do trabalho e as lutas de classes no trabalho. Devem-se

associar estas lutas urbanas apenas às articulações entre o capitalismo e o espaço? Como primeira abordagem, parece que a análise econômica não possa dar conta desses fenômenos. Castells e Lefebvre também propõem cada um duas análises sócio-econômicas: Castells utiliza o conceito de *divisão do trabalho* e Lefebvre recorre ao do *valor*. Como a divisão do trabalho se define pela divisão técnica do trabalho (domínio do econômico) e pela divisão social do trabalho (domínio sociológico), e como o valor se articula junto ao valor mercantil (domínio econômico) e o valor de uso (domínio sociológico), é possível conduzir uma análise sócio-econômica das lutas urbanas. Eis aqui, acreditamos, uma abordagem um pouco restritiva, que já constitui, porém, um progresso. Entretanto, a análise de Castells, por ser exclusivamente ligada a uma abordagem sócio-econômica marxista do urbano, limita extraordinariamente as perspectivas de pesquisas teóricas, enquanto a de Lefebvre, que se situa nas faixas da análise sociológica e antropológica, abre perspectivas mais prometedoras.

### 3.1 — As lutas urbanas

Para apresentar e criticar as proposições de Castells, nos limitaremos ao estudo muito claro de Henrard sobre a questão urbana, e Monopolville<sup>16</sup>. A cidade, segundo Castells, deveria ser analisada com a articulação com o espaço das estruturas definidas pelo modo de produção dominante: o capitalismo. A peça essencial do capitalismo é constituída pela divisão do trabalho, isto é, pela separação dos trabalhadores e dos meios de produção. Esta toma duas formas — a divisão técnica do trabalho (DTW) e a divisão social do trabalho (DSW) que, na sua projeção espacial, definem a divisão econômica do espaço (DEE) e a divisão social do espaço (DSE). A DEE cobre a separação espacial entre o *habitat*, o comércio e a indústria. A DSE visualiza a DSW: de um lado, as moradias de luxo, de *status*, ocupam uma posição central ou estratégica; elas são beneficiadas por equipamentos coletivos numerosos e de qualidade. Por outro lado, a moradia social é carregada para longe dos centros urbanos, em direção à periferia. Os mecanismos próprios da cidade — preço do solo, renovação urbana, custo do ambiente — viriam reforçar esta segregação social. A localização das categorias sociais mais favorecidas no meio urbano, assim como o nível e tipo de consumo, atrairiam atividades de forte intensidade de massa cinzenta, utilizando os executivos, pois estas atividades encontrariam num meio urbano a mão-de-obra que lhes seria necessária. A DSE retroagiria sobre a DEE. O capitalismo procuraria, desta forma, adaptar a cidade às suas próprias necessidades.

A lógica econômica de um sistema gera estruturas de ocupação do espaço que permitem certas modalidades da vida social. Estas últimas podem ser adaptadas à estrutura social que gerou a estrutura econômica, ou não; nesse caso, as contradições gerarão conflitos urbanos<sup>16</sup>. Deveria, então, haver progressivamente adequação entre a DEE e a DSE. Ali onde a adequação ainda não estivesse realizada, subsistiriam os núcleos de crise. Se, por acaso, os mecanismos

<sup>16</sup> Aydalot, P., Decoster, E., Henrard, J., *Critiques de l'économie urbaine*. Paris, Cahiers TEM, n.º 11, 1976.

espontâneos da localização não realizam essa adequação, o Estado interviria com seu arsenal jurídico, político e regulamentar. A fusão, a adequação da DEE e da DSE fariam da cidade uma estrutura capaz de reproduzir as relações de produção. A cidade traduziria, num dado momento, a estrutura das relações de classes, em última análise o estado das lutas de classes; a cidade reproduziria essas relações de classes. Assim, Castells conclui que as lutas urbanas não são senão a expressão mais requintada das lutas de classes.

Esta posição de Castells é fundamentada sobre a idéia de que tudo o que constitui a vida-fora-do-trabalho (*habitat*, lazer, vida familiar, consumo, etc.), é cada vez mais submetido ao capital e, por essa razão, participa cada vez mais do processo de exploração. As condições da vida fora do trabalho se identificariam, progressivamente, com as condições de trabalho, na medida em que o campo da mercadoria se estendesse. Da mesma forma como há uma organização capitalista do trabalho, haverá cada vez mais uma organização capitalista de fora do trabalho. Henrard, em sua crítica a Castells, exprime seu desacordo quanto a esse ponto. Efetivamente, pensa ele, é difícil provar que as diversas formas que tomam as lutas urbanas no sentido amplo (lutas fora-do-trabalho) sejam formas mais avançadas de lutas de classes que as que se desenvolvem nos locais de trabalho. Os argumentos que tendem a verificar que as lutas urbanas se distinguem das lutas de classes são de três ordens. Primeiramente, as lutas de classes encontram sua origem nos locais de trabalho, no seio do processo de produção; as lutas urbanas, ao contrário, têm lugar fora do trabalho e da exploração. Depois, os agentes implicados são os habitantes do espaço, e não das classes, cujo papel se define no interior do processo de produção. Enfim, “o inimigo não é diretamente o proprietário de máquinas, mas com mais freqüência, o sistema no seu conjunto e o seu principal representante: o Estado” (Henrard).

Em definitivo, fica evidente que a cidade de Castells é, em teoria, exclusivamente concebida como sendo estruturada pelo sistema de produção capitalista. É claro que este ponto de vista é muito restritivo: “a cidade cobre e ao mesmo tempo — “o consumo” — no sentido amplo, a utilização do espaço e o processo de trabalho propriamente dito. Sob o primeiro aspecto, ela está diretamente associada às lutas urbanas; sob o segundo, às lutas de classes ligadas à exploração dos trabalhadores” (Henrard). Eis a razão por que é deplorável que, nesta análise, não haja estatuto social do consumo *não manipulado*, não ligado apenas à reprodução das relações de produção capitalistas, e que o autor busque a qualquer preço incluir as lutas urbanas numa teoria preexistente, a da produção capitalista.

“Perguntar-se qual é a articulação do modo de produção capitalista com o espaço não nos parece uma maneira de encarar uma questão, mas um modo de repetir, mais uma vez, que a organização espacial de nossa sociedade deve refletir suas diferentes características. É uma evidência, eis tudo. O que não é um caminho de pesquisa, não pode ser outra coisa senão a afirmação, uma vez mais, de que deverá haver com certeza os mesmos traços característicos do capitalismo na sua organização espacial que na sua organização social. É a análise da prática das lutas e suas táticas que deve ser o ponto de partida da questão das lutas fora dos locais de produção, e não uma pesquisa que se situaria inteira na teoria (o estruturalismo marxista em particular)”

(Henrard). Nós concordamos inteiramente com esse ponto de vista, e vamos desenvolvê-lo apresentando e criticando a análise urbana de Lefebvre.

### 3.2 — O conflito entre valor de uso e valor de troca

Lefebvre se interessa tanto pelo espaço social na sua maior generalidade quanto pela cidade. Para ele, a peça essencial da articulação do capitalismo com o espaço é a *produção do espaço*. Esta vontade de transformar o espaço e o solo em mercadoria choca-se com resistências sociais: “no espaço de hoje, se arma o conflito entre o valor de troca e o valor de uso. A relação entre o valor de troca e o valor de uso não era mais que um conflito lógico, muito próximo de uma oposição lógica, em Marx, no início de *O Capital*. No espaço social, nós os vemos em estado de conflito; vemos a troca tomar posse do uso e o uso reagir contra a troca. O espaço social só existe quando o utilizamos, andando, mudando de lugar, consumindo-o pelo turismo. Ora, tudo isso é cada vez mais vendido, mas ao mesmo tempo o uso replica e manifesta sua força” (Lefebvre)<sup>17</sup>. Num outro artigo mais recente, Lefebvre<sup>18</sup> confirma suas palavras sobre esta resistência à integração do solo e do espaço econômico: “ainda hoje, no mundo moderno, um conflito agudo e violento se arma no espaço entre esses dois valores, entre o espaço que se transforma em valor de troca e o espaço ainda populoso que se transforma em valor de uso que o valor de troca não foi capaz de abrir completamente e fazer desaparecer, tais como, por exemplo, todos os espaços históricos, os espaços de aldeia e os espaços de paisagem pré-capitalista ainda portadores de valor de uso”. Esta apresentação de Lefebvre do que é convencionalmente chamado de lutas urbanas nos parece, sob muitos aspectos, ambígua, mas no entanto muito rica, e nos questiona em três pontos de vista.

Primeiramente, pela leitura de Lefebvre, tratar-se-ia bem de uma agressão mercantil e de uma resistência dos valores de uso. Esta agressão dos valores mercantis corresponderia à transformação progressiva em mercadorias de toda uma série de valores de uso produzidos anteriormente, seja no contexto da vida social do bairro, da comuna, do país, etc. Houve um tempo em que os indivíduos produziam eles mesmos sua casa. Esta baixa de capacidade dos indivíduos de assegurar uma certa autonomia dentro da produção de bens necessários à vida cotidiana que decorrerá da divisão do trabalho, corresponderia a uma ampliação da esfera do capital, do econômico e do social. Não haveria praticamente mais nada de gratuito na rua, no bairro; somente os lugares estratégicos perto de centros históricos poderiam se beneficiar com esta forma social não mercantil dos lazeres (vide Notre-Dame, Panthéon). Sempre dentro do contexto de uma interpretação um tanto ampla do pensamento de Lefebvre, durante seu desenvolvimento, o sistema industrial de produção de massa teria integrado progressivamente, no domínio da economia mercantil, determinada quantidade de valores de uso, e os teria transformado: os objetos comuns artesanais primeiro, depois dos bens de equipamento, em seguida os lazeres, os esportes, a moradia. Parece no entanto que o sistema transformou em mercadorias aquilo

<sup>17</sup> Lefebvre, H. *Le temps des méprises* (Chapitre IX, L'espace en miettes), Paris, Stock, 1975, p. 240.

<sup>18</sup> Lefebvre, H. — *Introduction à l'espace urbain*, Metropolis, décembre, 1976.



que *resistia* menos a esta transformação. É por isso que, hoje em dia, o resto dos *valores de uso* que poderia ainda cair no domínio da economia mercantil seria cada vez mais restrito, porém *resistente*, associado a valores de uso que resistiriam à sua integração no domínio da economia mercantil; entre eles se encontrariam justamente o solo e o espaço. Eis porque se desenvolveriam as lutas pela apropriação do solo e as práticas sociais do espaço. Neste sentido, o pensamento de Marx teria qualquer coisa de profético quando ele conclui sua análise da renda rural, considerando a propriedade privada do solo como um freio à expansão do capital. Contudo, além desta reflexão, não é somente a propriedade privada do solo que poderia constituir um limite à expansão do capital: são também, acreditamos, as práticas sociais dos usuários no espaço. Finalmente, sempre prolongando o pensamento de Lefebvre, chega-se a compreender por que a distribuição do espaço entre o domínio dos valores mercantis e o dos valores de uso não parece ser estável: tratar-se-ia de uma fronteira móvel, que dependeria das estratégias que desenvolve o capital, e das formas de resistência e de reconquista dos valores de uso. Como o trabalho, que não se transformou de uma vez por todas numa mercadoria e que, se isto ocorrer, poderá se transformar, o solo e o espaço se retransformariam; ainda que o capital cesse suas pressões ou as restrinja, o retorno às formas urbanas mais sociais se manifestaria. Assim ocorre com os *nichos ecológicos* que se desenvolveram em Toronto e em muitas cidades americanas. Se temos desenvolvido longamente este primeiro ponto concernente à agressão do valor mercantil e à resistência dos valores de uso (em matéria rural e espacial), é justamente para mostrar a ambigüidade e a riqueza das palavras de Lefebvre: ambigüidade, porque todo esse discurso só é ideológico na medida em que o conceito de valor de uso não é nunca definido; riqueza, porque entrevê-se a idéia segundo a qual o espaço social — oposto ao espaço econômico — apareceria como um espaço diferencial que, no modo de produção industrial, constituiria uma tendência perpetuamente combatida mas sempre ressurgente.

A segunda questão que levanta a análise de Lefebvre cobre o sentido a dar aos conceitos de valor de uso e de valor de troca. Para Lefebvre, o valor mercantil remete aos modos de produção capitalista e ao valor-trabalho. Quanto ao valor de uso, sua concepção é ambígua, e leva a uma possível contradição teórica. Por um lado, o valor do uso do espaço leva ao uso que se pode fazer do espaço fora do trabalho, durante os lazeres, para passear, caminhando, etc.; de outro lado, um certo espírito dogmático ressurgente e Lefebvre propõe “uma reinterpretação dos valores de uso pelo capital”. Esta derradeira proposição tem o poder de assustar: como, efetivamente, reinterpretar uma prática a partir de uma teoria que lhe é estranha? Como o pensamento marxista, que é impróprio para analisar outras realidades diferentes daquelas que dependem do modo de produção capitalista, poderia pretender definir um conceito — o de valor de uso — que não depende da produção, mas do consumo não *manipulado* pelo capital? Pensamos, ao contrário, que a análise do valor de uso deve se fazer pela referência à *lei simbólica* e então depender de uma análise antropológica. Tratar-se-ia de um não-valor, que reenviaria às práticas sociais outras que não fossem econômicas, e que deveria recobrir os aspectos simbólicos e imaginários da apropriação do solo e das práticas do espaço. Daí o recurso necessário à antropologia.

A terceira questão, a propósito da análise de Lefebvre, é relativa aos domínios que recobrem no espaço o valor de troca e o valor de uso. De fato, Lefebvre não aborda este problema de maneira explícita. Contudo, uma leitura atenciosa sugeriu-nos uma hipótese de trabalho. A oposição valor mercantil/valor de uso poderia reduzir-se à oposição econômico/social e, ao nível espacial, à dicotomia espaço econômico/espaço social. Esta hipótese nos parece tanto mais justificada quanto o espaço é o lugar das diferenças e da diversidade (língua, costumes, vestimenta, construção. . .) enquanto o econômico é o domínio da homogeneização, da banalização (troca generalizada, a moeda padrão para tudo). Pensamos que a articulação da *espacialidade* do econômico com a espacialidade das práticas sociais toma formas conflitantes. O econômico (capital, troca, fluxo) tenderia a reduzir o espaço dos *grafos*, cujas curvas seriam os fluxos e os cumes do estoque de capital para assimilá-lo ao seu domínio, o dos fluxos e das trocas.

Pensamos que haveria irredutibilidade entre o espaço das práticas sociais e o da economia: o espaço social parece carregado de diferenças, de imaginário e de simbólico, enquanto o espaço econômico se reduziria ao nível do real, isto é, o da minimização dos custos de transporte, ou da maximização do lucro. Haveria conflito entre o espaço econômico e o espaço das outras práticas sociais; sob este aspecto, o espaço não seria redutível a uma análise exclusivamente econômica. Pensamos, então, que a contradição fundamental para os marxistas, que está dentro do processo de produção, torna-se secundária em matéria espacial. Mais exatamente, a oposição espaço econômico/espaço social nos parece mais rica numa perspectiva de pesquisa espacial do que a análise de contradições que levam à divisão econômica e social do espaço (DESE). Todo o mundo — os não-marxistas, assim como os não-neoclássicos — admite, reconhece e explica, cada um a seu modo, o papel da propriedade fundiária, da escassez do espaço, etc. Para nós, tratar-se-ia sobretudo de uma interrogação sobre o fato de saber como os usuários reagem à propriedade fundiária, à escassez de espaço, etc. Estas últimas questões nos levam a propor uma nova abordagem dos problemas ligados ao solo e ao espaço, baseada nas análises econômicas e antropológicas<sup>19</sup>.

De um lado, para analisar o solo enquanto categoria enigmática para o economista (propriedade, retenção, acumulação, preço do solo) o nível pertinente de investigação não nos parece ser o indivíduo isolado (análise neoclássica de tipo psicológico, em termos de bem e de utilidade a otimizar) nem as classes sociais homogêneas, em face do processo de produção (análise marxista de tipo sociológico em termos de relação de classe) mas *as famílias* que, através da gestão do patrimônio rural, procuram perpetuar-se. De outro lado, para analisar o espaço enquanto categoria enigmática para o economista (as regiões, o regionalismo, o espaço vivido, o território), o nível pertinente de investigação ainda não nos parece ser, mais uma vez, o indivíduo isolado (análise neoclássica de tipo sociológico em termos de custo de transporte a minimizar) nem as classes sociais homogêneas em face do processo de produção (análise marxista de tipo sociológico em termos de lances e conflitos), mas sim os grupos sociais territorializados heterogêneos, que, através da gestão coletiva de seu espaço social (região, bairro. . .) procuram, também eles, perpetuar-se.

<sup>19</sup> Guigou, J. L., Lebally, M., Boutron J., Pierzo, D. — *Appropriation du sol et pratiques de l'espace*. Recherche sous contrat DGRST (première version, juin, 1978).